

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.389 - RJ (2019/0200933-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : DWA CONSTRUÇOES ELETROMECANICAS EIRELI
ADVOGADOS : MARCOS DIAZ JUNIOR - RJ163281
DAVID AZULAY E OUTRO(S) - RJ176637
ANDRÉ SERGIO OLIVAL - RJ177000
AGRAVANTE : JOSE RIBEIRO FILHO
ADVOGADOS : GILSON ZACARIAS FREITAS E OUTRO(S) - RJ065864
LEANDRO BRAGANÇA DE MIRANDA - RJ167932
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por DWA CONSTRUÇÕES ELETROMECÂNICAS LTDA., em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR RESIDENCIAL (PLATAFORMA ESPECIAL E ENCLAUSURAMENTO). ELEVADOR APRESENTOU VÍCIOS DESDE A SUA INSTALAÇÃO. PEDIDO DE CANCELAMENTO DOS CONTRATOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROVIMENTO. RÉ CONDENADA A INDENIZAR O AUTOR NO VALOR DE R\$ 14.000,00, A TÍTULO DE DANOS MORAIS. RECURSO DE AMBAS AS PARTES. AGRAVO RETIDO INTERPOSTO PELA RÉ CONTRA DECISÃO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INVERSÃO DO ÔNUS PROBANDI. PRELIMINAR DE INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA QUE SE AFASTA. INDIVIDUOSA A DECADÊNCIA DO DIREITO AUTOREAL QUE LASTREIA O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA. PERSISTE, NO ENTANTO, O DIREITO AUTOREAL NO TOCANTE À INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA 207 DESTES TRIBUNAL. PLATAFORMA E ENCLAUSURAMENTO QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA CONTRATUAL E LEGAL. PARTE AUTORA SUPOSTOU DANOS MORAIS QUE DEVEM SER

Superior Tribunal de Justiça

INDENIZADOS. CONSUMIDOR QUE ESPERA UTILIZAR DE FORMA PLENA O PRODUTO RECÉM ADQUIRIDO. VERBA HONORÁRIA QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 393, 421, 422, 927 e 884, do Código Civil; e, 12, § 3º, III, e 14, § 3º, III, do Código de Defesa do Consumidor

Sustenta a ausência de responsabilidade indenizatória na hipótese dos autos, ao argumento de que "a troca do circuito elétrico, bem como do sistema elétrico da residência do autor se fizeram necessárias, não por problemas no equipamento instalado pela recorrente, mas, no primeiro caso, por mera opção do recorrido, e, no segundo, em razão de fato de terceiro" (e-STJ, fls. 502).

Defende a ausência de ato ilícito a justificar a condenação em danos morais na hipótese dos autos, armando que o defeito no elevador instalado ocorreu por conduta da parte agravada, contrária às orientações técnicas de funcionamento do equipamento, bem como por fato de terceiro (companhia de fornecimento de energia elétrica).

Aduz que a Corte local lhe impôs o ônus de assumir a garantia contratual do produto, sem que houvesse a efetiva contratação, suscitando que, "na garantia de 12 (doze) meses estavam incluídos os 90 (noventa) dias da garantia legal e que a garantia contratual somente seria devida condicionada à realização de manutenção preventiva" (e-STJ, fl. 508).

Alega, subsidiariamente, que o valor da condenação em danos morais (fixado na origem à ordem de R\$ 14.000,00 - quatorze mil reais) é exorbitante, e deve ser reduzido.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 553 - 562), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 581 - 591, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à agravante.

Ao reconhecer a responsabilidade indenizatória da parte agravante, a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 486 - 489):

Embora a parte autora tenha efetuado o pagamento da quantia de R\$1.850,00 (fls. 48/49), para que fosse instalado um novo circuito elétrico, modificando o sistema anteriormente contratado, tal cobrança, no entanto, foi expressamente aceita pelo demandante, conforme se verifica através do documento de fls. 51. Sendo, por conseguinte, devida a sua cobrança.

Já o serviço de relativo à queima do contator, em razão de ocorrência de variação de tensão, verifica-se que de fato houve a cobrança do valor de R\$ 1.650,00 (fls. 58/59). Porém, ao final, tal serviço foi custeado pela própria ré. Não havendo também que se falar em restituição desta quantia.

Por fim, constata-se que de fato a plataforma extrapolou os limites do enclausuramento, conforme fotos de fls. 61/66. O que foi ratificado pela prova oral produzida nos autos (fls. 315/319).

Todavia, como bem observado na sentença, a parte autora não fez qualquer pedido relacionado aos danos materiais.

Como visto acima, resta indubitosa a decadência do direito autoral que lastreia o pedido cominatório para a restituição da quantia paga. Porém, tal decadência não atinge o direito autoral no tocante ao pedido indenizatório para o dano moral, visto aqui o entendimento já consolidado na súmula 207 deste Tribunal:

"A pretensão indenizatória decorrente de dano moral, deduzida com base em relação de consumo, ainda que fundada no vício do serviço, se sujeita ao prazo de prescrição quinquenal."

(...)

Restou comprovado nos autos que, nos primeiros meses da aquisição dos produtos, a parte autora suportou danos que devem ser indenizados, eis que o consumidor espera usar, gozar ou fruir do bem por período razoável sem que apresente vícios que impeçam sua utilização ao fim a que se destina.

E, embora os produtos novos possam apresentar falhas, ainda durante

o período de garantia contratual, principalmente tratando-se de objeto composto de componentes mecânicos associados a equipamentos eletrônicos de alta complexidade, como ocorre no presente caso, não deve prevalecer ideia de que o consumidor deva suportar integralmente o ônus decorrente da existência de vício que extrapola o limite aceitável, como no caso em apreço, em que foram necessários reparos diversos, inclusive, com a compra de um novo circuito elétrico (dispositivo opcional), no valor de R\$1.850,00, e, ainda, reparos no sistema elétrico da casa do autor, no valor de R\$ 1.650,00, o qual, repita-se, foi custeado pela ré.

De fato, é inconcebível que um elevador apresente vícios dias após a sua instalação, e que para o seu pleno funcionamento fosse exigido a troca do circuito elétrico, como também não se mostra plausível que a ré venha alegar que o sistema elétrico da residência do autor estava em péssimas condições de funcionamento. Pois cabe a ré, como fornecedora de produtos e serviços, a observância prévia de todos os requisitos técnicos para a instalação dos equipamentos.

Assim, os constantes vícios impuseram ao autor e à sua família a não fruição do bem de forma plena, e, além de transtornos e frustração por tais fatos, e, ainda, a necessidade de aquisição de um circuito elétrico e de reparos no sistema elétrico, como também, pela tentativa da ré em impor a contratação de serviços de conservação e manutenção dos equipamentos dentro do prazo de garantia.

Cumpre destacar que a responsabilidade civil objetiva é da parte ré pela má prestação dos serviços que ofereceu ao consumidor. E, como consequência disso, com base na teoria do risco do empreendimento, deverá suportar os danos morais provocados.

O dano moral advém da postura abusiva e desrespeitosa da empresa, impondo o arbitramento de valor indenizatório justo e adequado ao caso. Inegável, portanto, que tais fatos geraram danos morais ao consumidor.

Neste contexto, importante ressaltar que a fixação do quantum devido a este título deve atender aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade.

O que aconteceu no presente caso, em que o valor foi fixado com ponderação e em consonância com casos semelhantes aos julgados por este Tribunal. Sendo assim, tenho que a indenização fixada em R\$14.000,00 (quatorze mil reais) pelo juízo a quo atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não havendo que se falar em sua majoração.

Superior Tribunal de Justiça

Conforme se verifica, após a análise de cláusulas contratuais, fatos e provas, a Corte local concluiu pela ocorrência de ato ilícito, destacando não apenas a ocorrência de vícios corriqueiros, mas ainda, a conduta abusiva da parte agravante na consecução do serviço contratado. Nesse contexto, a revisão da conclusão adotada na origem, para que se acolha a tese de ausência de conduta ilícita, ou de que os defeitos se apresentaram fora do prazo de garantia, legal ou contratual, ou pela ausência de contratação de garantia estendida, com o fito de afastar a responsabilidade indenizatória, é medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7, do STJ, por demandar necessário reexame de cláusulas contratuais, fatos e provas.

Quanto ao valor da verba indenizatória por dano moral, o Tribunal de origem fixou o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), com base nos fatos e provas dos autos. Nesse sentido imperiosa se faz a incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ, à pretensão de redução do respectivo valor, ante necessidade de reexame de matéria fática probatória.

É certo que o Superior Tribunal de Justiça considera, excepcionalmente, cabível, em recurso especial, o reexame do valor arbitrado a título de danos morais, quando excessivo ou irrisório (AgRg no REsp 959.712/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.11.2009 e AgRg no Ag 939.482/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 20.10.2008, entre outros). Observo, todavia, que a quantia arbitrada pelo Tribunal Estadual mostra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade, não se mostrando desproporcional à lesão, de modo a ensejar sua alteração em grau de recurso especial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora